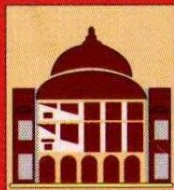
Coleção Documentos da Amazônia Nº 37

Manaus sua história

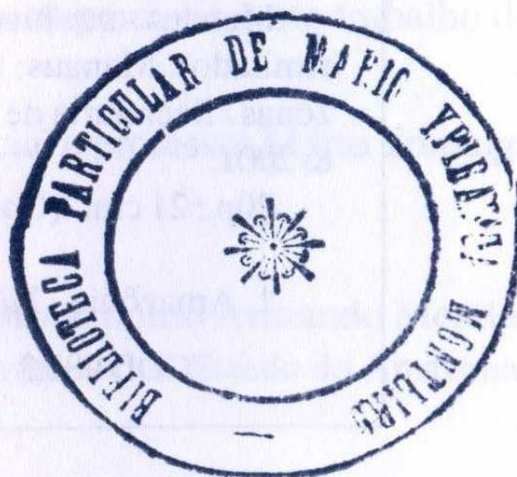
Fac-similado

Mário Ypiranga Monteiro

Edições Governo do Amazonas

Mário Ypiranga Monteiro

Manaus - sua história

(Fac-similado)

**Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 37**

Edições Governo do Estado
Manaus - 2001

Acompanhamento Editorial: Editora da Universidade do Amazonas - EDUA

Capa: Lídia Santos da Silva

Monteiro, Mário Ypiranga
Manaus - sua história / Mário Ypiranga Monteiro (fac-similado). Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas / Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto 2001.
20p.: 21 cm. (Coleção Documentos da Amazônia, n. 37)

1. Amazônia - História I. Título

CDD 981.2 CDU 981(811.31)

O que estamos conseguindo realizar nas atividades culturais de modo geral não tem paralelo no governo. No campo editorial já superamos todas as marcas, dando oportunidade aos novos escritores, reeditando clássicos da Amazônia, reanimando autores que, de há muito, não manifestavam interesse em retornar às lides literárias, gerando emprego na indústria editorial, renda e permitindo, o que é mais importante, que as prateleiras das livrarias e bibliotecas sejam permanentemente renovadas de autores com vinculações com a nossa terra.

E ainda há muito para realizar. E vamos persistir neste trabalho de ideal e preparação do futuro.

Neste título festejamos de forma especial o professor Mário Ypiranga Monteiro, símbolo das letras no Amazonas.

Amazonino Armando Mendes
Governador do Estado do Amazonas

Apresentação

Mário Ypiranga Monteiro não poupou jamais seus dias e longas noites, dedicando-se ao estudo e à produção literária intensamente. Por isso sua ampla produção vem a lume, seguidamente, quase em jorros, porque sendo pesquisador dos mais dedicados e organizados, foi amealhando o que leu, viu, ouviu, conheceu e constatou, e seguiu produzindo em várias frentes.

Os cadernos que originalmente publicou pela Empresa Amazonense de Turismo, em 1972, voltam a circular nas Edições Governo do Estado do Amazonas/Coleção Documentos da Amazônia com atualidade.

O que temos trata da História de Manaus, tão entrecortada de novas tentativas de configurações falsas que põem em risco a verdade histórica, o Teatro Amazonas, nosso maior símbolo de arte, para nós amazonenses e para todo o país, sobre o qual ele se dedicou tão intensamente, de forma a produzir quatro alentados e respeitáveis volumes de amplo estudo; e a cozinha amazonense, culinária rica e especial, pouco difundida.

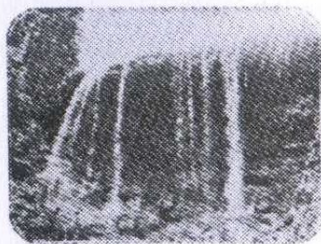
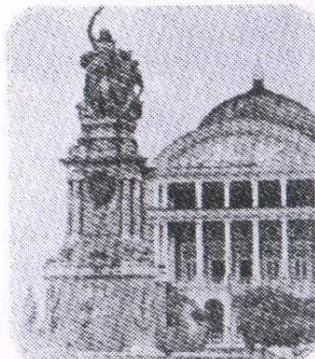
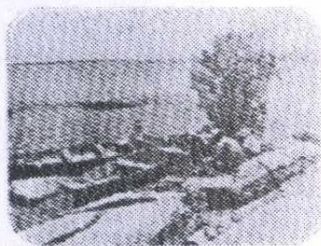
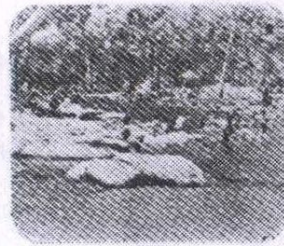
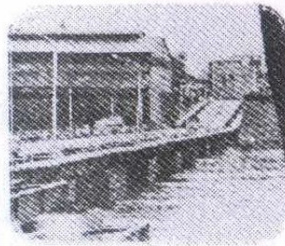
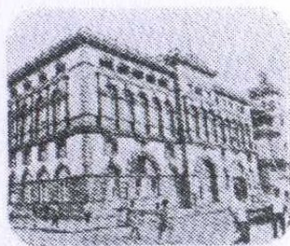
Já com seus mais de 90 anos, forte, dinâmico, Mário Ypiranga Monteiro não foge a polêmicas, não silencia às ofensas à verdade e aos estudos regionais, e, quando necessário, vem firme e bravo, como um guerreiro, com a autoridade que adquiriu como mestre de gerações e eficiente escritor, tal como fazia no vigor dos primeiros anos nos jornais operários ao lado de outros tantos como Lourenço da Silva Braga, Luiz Tirelli, comandante Benayon e Francisco Caetano de Andrade.

Por isso tem lugar reservado e especial, nas edições amazonenses.

Robério Braga

MANAUS - SUA HISTÓRIA

SÉRIE TURISMO

6

JULHO DE 1972

GOVERNO JOÃO WALTER DE ANDRADE

Empresa Amazonense de Turismo (EMAMTUR)

MANAUS - SUA HISTÓRIA

Autor: Prof. Mário Ypiranga Monteiro

A CRUZ DO TARUMÃ, A MISSÃO DO TARUMÃ
(1657 — 1658)

A Tropa de Resgate, constituída de numerosos índios de flecha (índios mansos anexados às tropas regulares) e uma vintena de soldados portuguêses, era organizada com a função de resgatar indios prisioneiros de outras tribos, os denominados "índios de corda". Também podia chamar-se "expedição punitiva", quando a sua finalidade era atacar aldeias que cometiam vexames contra as reduções missionárias ou acometiam os soldados. Destas ficou célebre na história do Amazonas a comandada pelo **cabo** de tropas pedro da Costa Favela ou Favila, o qual, para vingar a morte do sargento-mor Antonio Arnau de Vilela, alcançou o rio Urubu, massacrando setecentos índios e reduzindo ao cativeiro cêrca de quatrocentos, além de incendiar **trezentas** malocas, a 25 de novembro de 1668.

A primeira "tropa de resgate" que se fixou no hoje município de Manaus, foi a comandada pelo cabo Bento (ou Benito) Maciel Parente. Acompanhavam-na dois religiosos, os padres Francisco Veloso e Manuel Pires. Os religiosos, pelo menos um, eram obrigados a acompanhar qualquer "tropa de resgate", como Juízes de Legitimidade. Cabia a eles fiscalizar a **captura** dos índios, não permitindo que se violassem os regulamentos régios. Os índios aprisionados eram distribuídos entre as populações brancas do Pará e Maranhão, para servirem de escravos.

Estacionada a "tropa de resgate" na boca do rio Tarumã, alí os religiosos plantaram a cruz e disseram missa. Ficou o local chamado Cruz do Tarumã. Isto em 1657. No ano seguinte outra "tropa de resgate", acompanhada dos mesmos sacerdotes, ocupou a mesma região, que passou a denominar-se Missão do Tarumã. E' o primeiro núcleo ativo, que precede e auxilia a formação do lugar da Barra, organizado aquele com índios Tarumã da localidade.

O FORTE E A IGREJA
(1669 - 1695)

Acredita-se tenha sido após a fundação do povoado de Aruim (1668) com índios Aruaque, pelo cabo de tropa Pedro da Costa Favela, que o govêrno português passou a interessar-se pela ocupação definitiva desta parte da Colônia. Pedro da Costa Favela deve de haver impressionado a autoridade do governador Antônio de Albuquerque

Coelho de Carvalho, em Belém do Grão-Pará, ao sugerir a defesa contra ameaças de conquista da parte de espanhóis e holandeses. Por isto em 1669 o capitão de artilharia Francisco da Mota Falcão, auxiliado por seu filho Manuel da Mota Siqueira, constrói um simulacro de fortaleza à margem esquerda do rio Negro, sobranceira à aldeia dos índios Manaus, sob o patrocínio de Jesus, Maria e José. Essa fortaleza medíocre, em pedra e barro, guarnecida apenas de quatro canhões, dois de bronze e dois de ferro, nenhuma função ativa exerceu durante a sua existência de 114 anos, senão para salvar nos dias festivos. Seu primeiro comandante foi o capitão Angélico de Barros.

Entretanto que não teve nenhuma atuação militar, a fortaleza (chamada comumente de São José da Barra) constituiu-se poderoso foco de atração demográfico-social. Tanto cresceu a população de índios e brancos que em 1695 os Carmelitas resolveram construir pequena igreja pouco acima do local da fortaleza, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da antiga Missão do Tarumã e agora da Tapera dos Manaus.

DE ALDEIA (TAPERA) À CIDADE
(1700-1848)

Quando da fundação do forte de São José da Barra, do rio negro, a área em torno era ocupada pela valente tribo dos Manaus, formando Aldeia ou Tapera. À proporção que se desenvolvia o núcleo com o descimento de elementos das tribos dos Baré, Merequena, Juri, Mundurucu, Tarumã, Caburiquena, Caraiairi, Pacé, Baniba, Mura, os casamentos ou simples ajuntamentos proporcionavam oportunidade para entrelaçamentos tribais que de certo modo apaziguavam as diferenças e fixavam os tipos de mestiçagem extratribais. Deveria de ser pitoresca naquela altura a heterogênea comunidade, com línguas e costumes diversos, mas o fato é que esse complexo foi absolvido num padrão comum, de outra maneira não se explica a sobrevivência de elementos tribais oriundos de lugares distantes e até inimigos de sangue.

A história conservou os nomes de tres militares a quem foi dado iniciar o cruzamento de brancos com fêmeas índias, pelo casamento, embora se acredite, e é natural, o cruzamento já tivesse sido iniciado muito antes com os simples ajuntamentos. Foram eles o sargento Guilherme Valente e os tenentes Bernardo Toscano de Vasconcelos e Crispim Lobo de Souza, da guarnição do forte da Barra, unidos a mulheres da nação dos Manau.

Com esse rol de gente a primitiva aldeia passa a Povoado, como estabelecida a lei de 6 de junho de 1755, procedendo a instalação da Vila da Barra. Tanto índios como brancos residentes são protegidos por leis a quem o governo português concedia privilégios pelo casamento, desde que a lei referida mandava suster a escravização de naturais.

Com a vinda de Manuel da Gama Lobo d'Almada na qualidade de Comissário das Demarcações, e assumindo a direção da Capitania de São José do Rio Negro, cuja capital era Mariuá (Barcelos), o Lugar da Barra passa a ser olhado como região melhor aconselhada para estabelecimento da Capaital, pela situação estratégica e pela salubridade. Lobo d'Almada transferiu a sede do governo para a Barra em 1791, doando-a imediatamente de benefícios que viriam certamente engrandecê-la e de certo modo atrair maior número de naturais. Mandou construir o Palácio dos Governadores (não mais existe), um hospital (não sobreviveu), fábricas de pano de algodão, de tecidos, de redes, de velas de cera, de cordoaria, de beneficiamento do anil e do arroz, um pequeno estaleiro para reparo de embarcações, padaria, olaria. Criticou o estilo arquitetônico da primitiva igreja, dando-lhe novo traço (incendiou-se na noite de 2 de julho de 1850) e interessou-se por outras comodidades necessárias.

Com a mudança da sede do governo a Barra passou à condição de Vila, mas não duraria muito essa predicação. A carta-régia de 22 de agosto de 1798 fazia voltar a sede para Barcelos. E em 1808, 29 de março, transfere-se definitivamente a capital da Capitania para a Barra, na administração do governador José Joaquim Vitório da Costa. Somente em 1833, com a promulgação do Código de Processo Criminal do Império é que oficialmente passa à condição de Vila, Cabeça de Ccomarca. E no dia 24 de outubro de 1848, pela lei número 147, votada pela Assembléia Provincial Paraense receberia à predicação de Cidade. Cidade da Barra do Rio Negro, ou simplesmente Barra. A 4 de setembro de 1856 a Assembléia provincial Amazonense dá-lhe o noem de Cidade de Manaus, pela lei número 68, em homenagem à valente nação dos índios Manau

ECONOMIA

A região, desde os tempos coloniais, viveu da exploração dos produtos naturais pelo sistema de coleta. Pouca agricultura e nenhum pastoreio. As primeiras exportações foram de madeiras de lei para construção de embarcações pesadas do tempo, naus, caravelas,

bengantins, galeões e de móveis, construções civis, salientando-se o acaju, cedro, itaúba, pau amarelo. A Europa durante largos anos consumiu o acaju e o cedro, embarcados em toras, com que se fabricaram os precisos móveis em vários estilos e se forraram paredes de igrejas e de salões.

Depois passou-se a explorar as resinas, óleos vegetais, salsaparrilha, cravo, ipeca, plantas medicinais outras, fibras, cacau, estopa vegetal, piaçava. Foram incrementadas as plantações de anil e de arroz, mas não houve grande interêsse pela agricultura extensiva e intensiva. Deve-se a Lobo d'Almada a implantação da pecuária nos campos gerais do Rio Branco (hoje Território Federal de Roraima) e a instalação de moinhos para beneficiamento do arroz, as grandes plantações de anil, de cravo, de canela, o aproveitamento da carnaúba para velas, da piaçava para cordas, as fribras de tucum (palmeira) para redes de dormir e de pesca e outras utilidades. Acresce que toda essa participação econômica constituia monopólio da coroa portuguêsa.

A agricultura ficou no processo rotineiro da semeadura da mandioca, para consumo local, mas exportava-se farinha para o Maranhão e Pará. Beneficiava-se a manteiga dos ovos de tartaruga, empregada na iluminação pública e particular e na cozinha. As soldadas da tropa e os vencimentos dos funcionários civis eram pagos na base da farinha (avos), peixe sêco e manteiga de ovos de tartaruga (libra), bem como os animais vivos entravam no regime alimentar oficial dos mesmos funcionários e soldados. Para evitar a distração das tartarugas, pirarucus, peixes-boi, e espécies menores, o governo português mantinha viveiros naturais, denominados Pesqueiros Reais em vários lagos da região. Muitos desses lagos conservam ainda a velha nomenclatura, como na região do Careiro o Lago do Rei.

A Província do Amazonas (1850-1889) conheceu melhores dias com a exportação do cacau (produto natural principal), guaraná, madeiras de lei, fibras vegetais, estopa, breu vegetal, salsaparrilha, favas de cumaru e de baunilha, óleos vegetais e animais, castanha, mel de cana, couros e peles de animais silvestres.

Não podendo enfrentar as despesas com a máquina burocrática e os compromissos urbanísticos, aceitava o paternalismo imperial, que se responsabilizava por certas verbas destinadas a sustentar a milícia, as obras de vulto: alfândegas, quartéis, igrejas, liceus, primeiras linhas de navegação.

O governo da Província do Amazonas por outro lado procurava incrementar o progresso, oferecendo prêmios a agricultores que apre-

sentassem produção na ráia do Município de Manaus e nos demais, contribuindo para a instalação de máquinas em serrarias, olarias, engenhos, dando oportunidade à criação de linhas de navegação interna e externa, concedendo ajudas de custo a estudantes que pretendessem estudar na Europa ou na côrte, procurando atrair capitais nacionais e estrangeiros, chamando concorrentes à instalação de serviços urbanos de água potável, luz, esgotos, higiene e saúde, regosijos populares, etc. isentava de impostos por largo prazo a quem desejasse instalar serviços técnicos ou de melhoramentos urbanos. Mandava aterrar igarapés centrais ou proibia as construções civis nas suas margens. E' portanto com a Província que Manaus conheceu maior atividade progressista que o Colonialismo negou-lhe aferrado ao monopólio.

A borracha só começa a ser olhada como produto rentável a partir mais ou menos de 1870 e perde a cotação no mercado internacional em 1914, mas seu declínio na economia amazonense vem em 1909. E' também na província que aparecem em maior quantidade os engenhos, serrarias mecânicas e estaleiros navais, entrepostos de salga de peixes para exportação (pirarucu), mas nem a agricultura e nem a pecuária alcançaram um índice de desenvolvimento que libertassem a região do primitivismo coletor. Quase que os mesmos produtos seculares constituem ainda objeto de exploração pelos mesmos sistemas obsoletos. Todavia já se constata a presença de usinas de beneficiamento de produtos naturais ou aclimatados, montagem de uma máquina econômica melhor aparelhada para transformação, e formação de uma consciência técnico-operatória capaz de orientar para novos rumos, sob a influência do governo, a capacidade produtora da região.

O Amazonas sempre lutou com dois problemas capitais, um dependente do outro: o espaço tirânico e a densidade demográfica. Visando encher os espaços vazios, a Província procurou sempre atrair colonos nacionais e estrangeiros, preferentemente agricultores e técnicos em pequena proporção. Foram realmente instaladas várias colônias estrangeiras, tanto no município de Manaus como em outros mais próximos e mais distantes: a col6onia chamada Tirol, de austríacos, no rio Madeira; a dos Franceses, em Manaus; e outras de alemães, inglêses, russos, norte-americanos, chineses, italianos, suiços, nordestinos, sulinos. Nenhuma destas prosperou. A primeira de que se tem notícia foi a de chineses, ao instalar-se a Província. No começo do século XX projetou-se uma colonização japonesa, e de fato vieram muitos, que foram absorvidos ou repatriados. Não se tem qual-

quer vantagem com as demais, salvo um ou outro exemplo individual, como a de alemães em pequeno, reduzido número, na região do Manaquiri, onde montaram engenhos de açucar que infelizmente não prosperaram, e em Itacoatiara, de uns quantos inglêses interessados em serrarias e engenhos de açucar. Todavia é a França que num período de maior expansão econômica, com a borracha, mantém profunda influência no estilo de construções urbanas, alguns contratos, na literatura, nos costumes, importações de utilidades etc. Atualmente a colonização japonêsa tem oferecido maior rentabilidade no seu aspecto geral, com a introdução de fibras, juta e malva, granjearia e produção de legumes, frutas, pimenta-do-reino.

ELEMENTOS SERVIS

O Índio e o Africano — Ajuricaba

Como forma de apoio à economia, o índio, na Colônia, era considerado escravo e até duvidava-se de que fosse criado por Deus. Caçavam-no sem piedade, distribuiam-no entre as populações brancas para servir de remeiro, aguadeiro, caçador, pescador, agricultor, coletor, transportador dos senhores em redes ou cadeirinhas, bagageiro e até de ordenança. Leis amparadoras foram dispensadas em várias épocas, mas a de 6 de junho de 1755 colocou um limite decisivo à exploração que contribuiu em boa cópia para o extermínio de tribos inteiras e de algumas nações. Em 1655 o padre Antonio Vieira, que se fizera o maior defensor dos naturais, foi a Portugal bradar contra a injustiça, obtendo uma lei que não surtiu efeito. É na administração do Marquês de Pombal que o alvará de 4 de abril de 1755 concede ao índio as mesmas prerrogativas conferidas aos brancos, declarando que os casados teriam preferência nos empregos públicos. Ao mesmo tempo esse alvará cria o problema racista, proibindo uniões de brancos e índios com os negros. Estes estavam sujeitos às leis suntuárias. É o padre Antônio Vieira um dos responsáveis diretos pela introdução do escravo negro na Amazônia, mas na parte que diz respeito ao território amazonense esse escravo não teve a enorme influência que sabemos com relação ao resto do Brasil, pois que também não tivemos agricultura. O nobre empenho do sacerdote, de arrancar o silvícola à escravidão, não desculpa o erro de introduzir outra escravidão, a do africano. Mas tem o caráter habilidoso de desculpar a pretensa "preguiça" do natural, tão decantada pelos que não sabem interpretar o

RIO NEGRO

(Croquis)

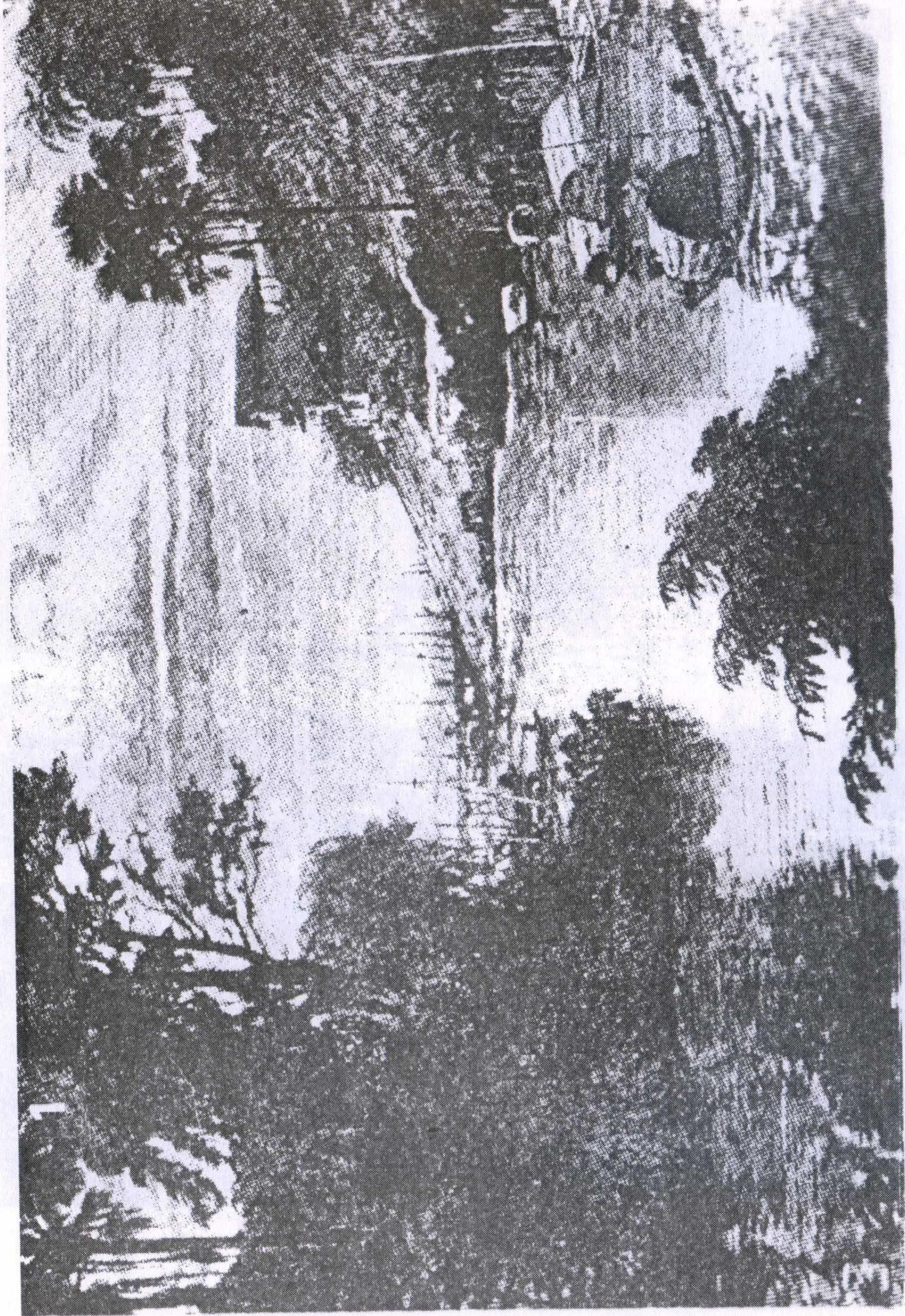
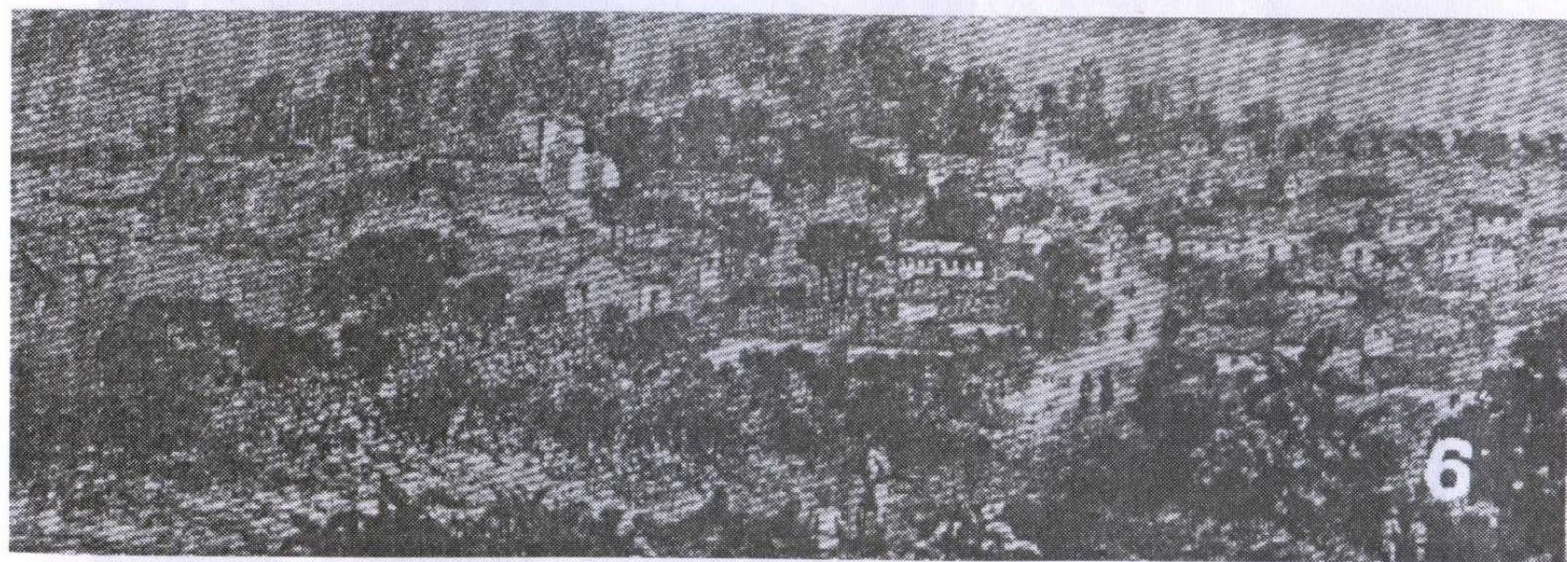
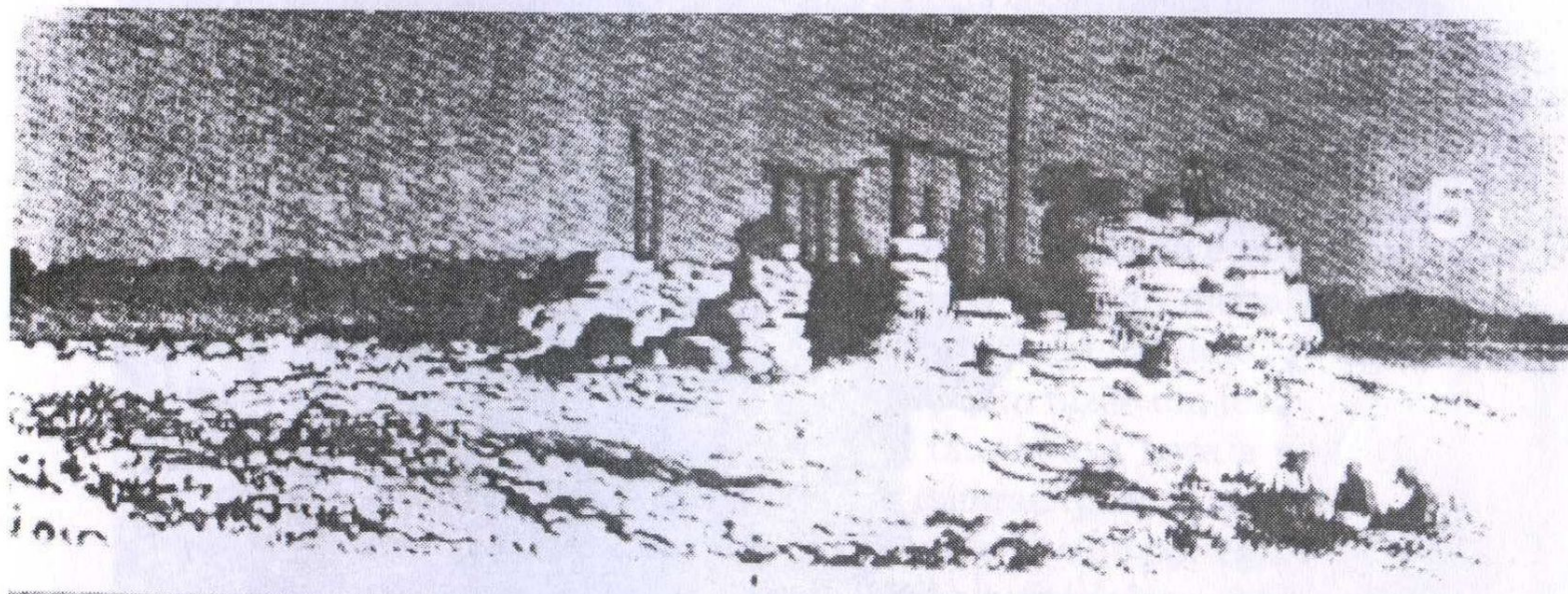
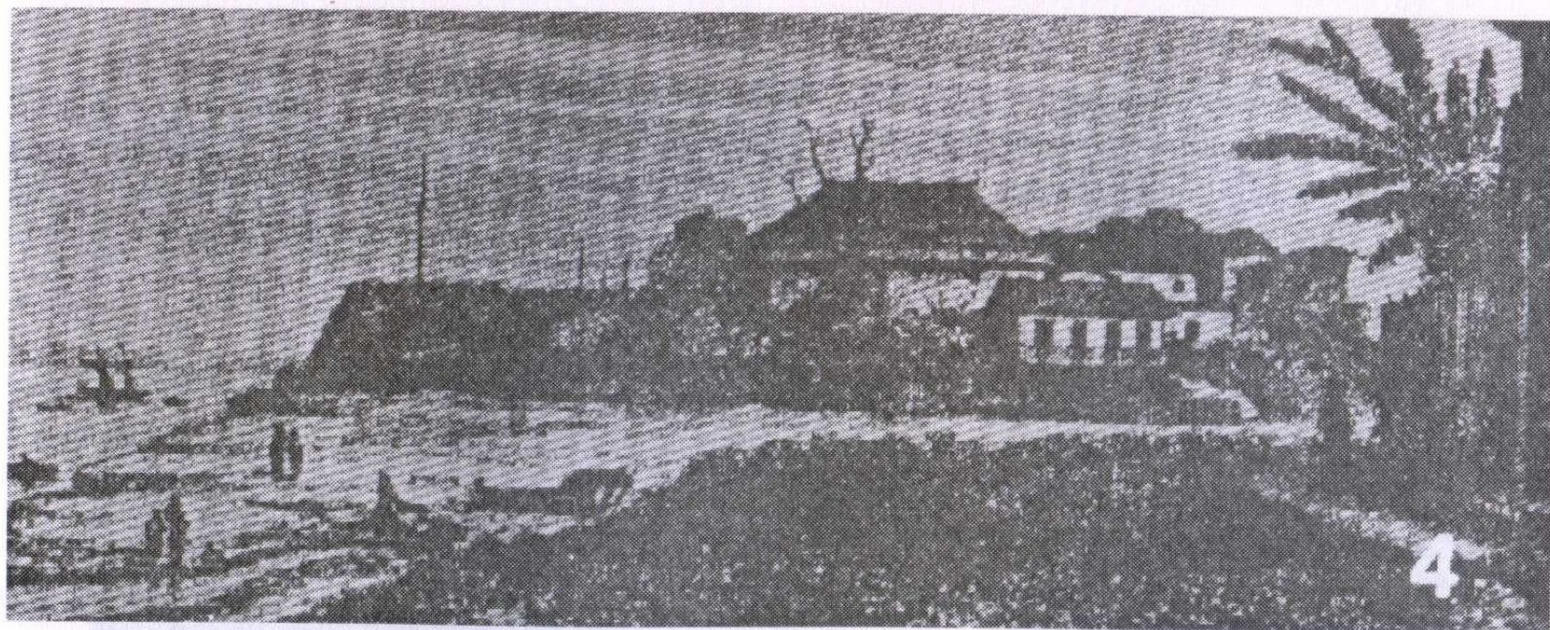
2

J. B. de F. Tent.e Aranha

3

4

5

6

1 - Igarapé do Espírito Santo, hoje Avenida Eduardo Ribeiro. Franz Keller, "The Amazon and Madeira Rivers", pg 37, London 1874
2 - Planta de Manaus, 1852, da autoria de João Batista Figueiredo Tenreiro Aranha.
3 - Vista Parcial de Manaus, 1872, 1884. Eliseu Reclus, "Geographie Universelle – États-Unis du Brésil" , vol. XIX, pg. 189, Paris, 1894.
4 - O Porto da Barra e Quartel Anexo. Agassiz, "Viagem ao Brasil".
5 - Ruinas do Forte da Barra. Paul Macey "Voyage a travers L´Amerique du Sud", II: 49, Paris, 1869.
6 - Vista Parcial de Manaus, em 1848, da obra de Paul Macey, já citada pg. 426.
7 - Igarapé da Ribeira das Naus. Da obra de Paul Macey, citada.

fenômeno do estágio coletor primitivo. Alegava-se que o índio, quando não fugia dos senhores e do árduo trabalho, morria de nostalgia, ou vingava-se cruelmente. Milhares deles morreram de doenças européias adquiridas no convívio com os brancos. Um mal da civilização.

Em consequência da caçada indiscriminada de "peças" humanas, é natural que se revoltassem os silvícolas e massacrassem os brancos, soldados e padres, e aprisionassem os "índios de flecha" agregados às expedições ou os residentes nas aldeias atacadas.

Aiuricáua (Ajuricaba ou Guajuricaba das crônicas da época) era morubixáua (chefe supremo) de uma Confederação de nações e de tribos indígenas do rio Negro, aliciadas para dar combate às perniciosas "tropas de resgate", às expedições punitivas e aglomerados de brancos inimigos. Fazia escravos somente aos índios dessas expedições, os quais ia vender no Suriname, isto é, trocar por armas brancas e utensílios. Dizem que trazia na popa da canoa capitânea uma bandeira holandesa. Se o fato se prova, prova também a nenhuma significação política, que índio não podia dar a ela a importância que se pretendeu para justificar a perseguição movida contra os Manau, de que resultou aquela Confederação prestigiosa e poderosa. A luta entre os Manau e os portuguêses alcançou tamanho significado e tão alta expressão política que a coroa resolveu permitir a guerra aberta e definitiva, depois de na verdade haver contemporizado bastante, apelando para todos os recursos da paz. Temia-se e com razão um levantamento geral das tribos da região, o que de fato houve após a morte do valente guerreiro Manau. A represália contra Ajuricaba veio depois de haver atacado uma Missão no rio Negro e levado por escravos aos índios, e quando morreram vários soldados portuguêses. Movem-lhe guerra de extermínio a que ele habilidosamente escapa e vai refugiar-se no rio Iiaá, para descanso e reestruturação das fôrças. Foi nesse rio que ele nasceu e é ali que tem a sua maloca e residem os seus maiores. Dali parte, furando todos os rios e paranás para a Venezuela e Surinã, sempre acompanhado dos seus irmãos Dejari e Bebari. E é ali no rio amado que tem lugar o decisivo encontro com as foreças mais bem organizadas, chefiadas por Belchior Mendes de Morais e João Pais do Amaral. Uma emboscada em que não faltou a traição da parte de algumas tribos aliadas dos portuguêses põe fim à luta. Ajuricaba é preso com seus irmãos e mais uns sete principais. Embarcado, promove nova rebelião a bordo e então é posto a ferros. Sabia que iria para muito longe, para perto do grande mar (Belém) onde seria julgado e enforcado. Prefere a morte, ao ver aproximar-se a outra água,

água de cor diferente, que não é a mesma do rio que conhecia. Diz-se que proferiu algumas palavras em "guarani", ao jogar-se nágua acorrentado. É possivel que sim, mas não em "guarani", pois a sua língua, a dos Manau, era diferente do "nhengatu"(língua geral da Amazônia, de fato aparentada com o guarani em milhares de termos).

Depois da luta em que pereceu Ajuricaba, seus substitutos não deixaram os portuguêses em paz. A morte de Ajuricaba ocorreu em 1727, segundo cartas escritas do rio Negro ao rei de Portugal. Em 1757 os Manau levantaram-se de novo e trucidaram vários soldados e índios de flecha.

Autores que estudaram a epopéia dizem que a rendição de Ajuricaba foi motivada pela morte do filho Cucunaca, por ocasião da refrega decisiva e a sua libertação pela morte ocorreu precisamente em frente ao conhecido sítio das Lajes, quase na confluência do rio Negro com o rio Amazonas.

Ficou dito que a escravidão negra no Amazonas não teve aquela importância econômica fixada para outros centros agrícolas, de mineração e industriais conhecidos. É que de fato o homem da região, branco, mameluco e até índio possuidor de "status" e estabelecido era minguado de recursos pecuniários insuficientes para manter chusmas de escravos e a agricultura não entrva na cogitação de quem herdara a rotina do estado coletor. Por isso a estatística negra é insignificante no Amazonas. Concorrendo para isto a proverbial inimizade do índio para com o negro, a quem perseguia tenazmente, e um sentimento muito humano das autoridades e do povo que tolhiam as investidas dos "pombeiros" e agentes e intermediários do negócio. Começam as dificuldades: a) porque a distância encarecia a aquisição de "peças" escravas; b) porque cada vez mais as autoridades gravavam com impostos a entrada de escravos; c) porque havia uma consciência pública do nefando crime contra o direito humano de liberdade; d) porque os inimigos do regime imperial protestavam publicamente; e) porque as autoridades, no período crítico, ostensivamente abriam verbas para a manumissão; f) porque se criaram leis de abolição da escravatura.

Talvez porque uma Província menos devedora à civilização da culpa dessa mancha, o Amazonas tenha sido dos primeiros a publicar leis libertadoras. Possui privilégios neste particular. Para uma população, à época, de menos de duzentos mil habitantes (a capital possuía dez mil), as sociedades libertadoras chegaram a alcançar em Manaus e no interior o número de doze, com estatutos publicados, reconhecidos e autorizados. Promovia anualmente, a 5 de setembro, a alforria

de escravos, começando pelo nascituros. Quando soube da total libertação dos escravos no Amazonas, Vitor Hugo expediu mensagem telegráfica de congratulações. No dia 24 de março de 1884, o presidente Teodureto Carlos Faria Souto, sancionava com pena de ouro a lei que abolia a escravatura na capital. Antes desse ato havia já em Manaus as seguintes sociedades abolicionistas: "Sociedade Emancipadora Amazonense", "Libertadora Cearense", "Comissão Central Abolicionista Amazonense", "Primeiro de Janeiro, "Libertadora Vinte e Cinco de Março", "Cruzada Libertadora", "Clube Escolar Abolicionista", "Clube Juvenil Emancipador", "Amazonenses Libertadoras", esta composta somente de mulheres. No interior da Província: "Cinco de Setembro" (Caiçara), "Clube Abolicionista Manacapurense" (Manacapuru) e "Libertadora Codajaense"(Codajás).

O início da libertação dos escravos negros no Amazonas foi a 13 de maio de 1866, quando votou-se o crédito de dez contos de reis (Cr$ 10,00) para a emancipação dos negros, de preferência os menores. Em abril de 1871 sugere-se na Assembléia Legislativa Provincial que os créditos acumulados para esse fim e mais doze contos de reis (Cr$ 12,00) fossem empregados na libertação dos seres gestados, portanto começava a lei do ventre livre, que só depois seria efetivada no Brasil. A 10 de julho de 1884 foi pelo presidente Faria Souto proclamada em praça pública a liberdade de todos os escravos no Amazonas, ato que lhe valeu a demissão.

O REGIME REPUBLICANO (1889-1972)

Com a proclamação da República Brasileira, a 15 de novembro de 1889, a Província do Amazonas passou automaticamente a Estado Federado e os seus habitantes denominavam-se cidadãos. Manaus continuou sendo o Município padrão e capital do Estado, com uma população que aumentava constantemente à causa da cotação da borracha e com a vinda de imigrantes de todas as partes do Brasil e do exterior. Seus limites ainda eram em 1900 os mesmos de 1889, ao norte o Bulevar Amazonas; a leste o bairro de Cachoeirinha; ao sul o rio Negro e a oeste o igarapé do Teiu, mais conhecido atualmente como igarapés da Cachoeira Grande ou de São Raimundo.

O primeiro governador do Estado republicano foi o dr. Augusto Ximeno Villeroy, tenente do exército, que pouco contribuiu para o progresso da região em vista de haver assumido a 4 de janeiro de 1890

e deixado a administração por licença a 12 de novembro. Seus atos principais: dissolveu a Assembléia Provincial e as Câmaras Municipais, o Corpo policial (criando o Batalhão de Polícia); fundiu o Ginásio Amazonense e a Escola Normal do Instituto Normal Superior, extinguiu o Museu Botânico do Amazonas, passou para o Município a cobrança do imposto predial e realizou pequenas obras. Nem sempre acertou, por causa da política, dos velhos políticos que ainda exerciam influência na mentalidade popular. Sucedeu-o o tenente de engenheiros dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro, cognominado "O Pensador", o qual era Diretor das Obras Públicas no governo anterior. Foi nomeado a 3 de janeiro de 1891 governador substituto. No mesmo ano, em abril, era substituído pelo coronel dr. Gregório Taumaturgo de Azevedo, o qual assumiu logo em virtude das manifestações de hostilidade contra o ato do governo federal. No dia 5 de maio de 1891 o capitão de fragata Borges Machado intimou Eduardo Ribeiro a entregar o cargo ao dr. Guilherme José Moreira e a 25 de maio assumiu o coronel Antônio Gomes Pimentel. O coronel Taumaturgo de Azevedo subiu ao poder no dia 1.º de setembro de 1891 para deixá-lo a 26 de fevereiro de 1892, por ordem do presidente Floriano Peixoto. E no dia 23 de julho desse ano Eduardo Ribeiro toma posse como governador constitucional do Estado, para governar até 1896.

É quando Manaus passa a ser olhada com mais simpatia, não porque os governadores passados tivessem esquecido suas obrigações, mas porque no término do século as rendas eram maiores. Tanto é assim que o Estado recebeu como herança da Província uma dívida bastante expressiva que só seria amortizada onze anos depois. Se na Província os presidentes haviam procurado doar a cidade de benefícios constáveis alguns, aterrando igarapés, construindo pontes de madeira, abrindo praças e ruas, alargando estradas, levantando prédios para a instalação de serviços públicos, contribuindo para a ereção da Igreja dos Remédios, da Catedral, levantando o Palácio do Governo (atual sede da Prefeitura), o Liceu (atual Colégio Estadual do Amazonas), o Mercado Velho, a antiga Biblioteca Pública, o Hospital da Caridade, depois Santa Casa de Misericórdia, iniciando a construção do Teatro Amazonas, e outros prédios já desaprecidos, — no regime republicano, com Eduardo Ribeiro, as obras iniciadas são aprovadas e concluídas ou deixadas por concluir, e outras são da sua exclusiva inspiração e acabamento, como o Reservatório dágua, as pontes de pedra e a de ferro da avenida Sete de Setembro, a chamada "Eduardo Ribeiro", em Flores, a execução dos serviços modernos de canaliza-

ção dágua, a rede elétrica, esgotos, viação urbana, criação de mais escolas primárias, etc. Por exemplo o serviço de bondes não foi inspiração sua, vinha da Província, mas ele pôs em execução. O Palácio da Justiça, iniciado no seu governo, foi terminado no do coronel José Ramalho Júnior. A este se deve a instalação do Monumento à Abertura dos Portos do Amazonas ao Comércio Mundial. A Eduardo Ribeiro deve-se ainda a criação e instalação do Diário Oficial do Estado e o atêrro final de alguns igarapés centrais. Ele iniciou a construção do monumental Palácio do Governo, no alto da avenida do seu nome, que os substitutos mandaram dinamitar. Não é verdade que a linha de bondes iria passar pela porta principal daquele palácio. Ainda Eduardo Ribeiro melhorou o traçado das ruas de Manaus, criou o primeiro serviço de locomóvel (locomotiva com vagões de passageiros). Em matéria de construção pouco se fez depois dele, mas a Penitenciária do Estado e o edifício da Biblioteca Pública são da gestão do dr. Constantino Nery. É que a renda começou a diminuir a partir de 1909 e depois a primeira conflagração mundial impediu a exportação dos nossos produtos em grande escala. O resultado disso é que Manaus passou mais de quarenta anos imobilizada urbanisticamente, sem meios para progredir. Todavia, os governadores que se sucederam foram deixando alguma coisa que os lembrassem, posto que nem sempre sejam obras de grande vulto: coronel José Cardoso Ramalho Júnior terminou certas obras encaminhadas pelos antecessores Eduardo Gonçalves Ribeiro e fileto Pires Ferreira e mandou construir o Monumento à Abertura dos Portos do Amazonas ao Comércio Mundial, adquiriu o primeiro aparelhamento para a Companhia de Bombeiros, em Gênova, Itália. Coronel Antônio Constantino Nery, a ele se deve a construção da Penitenciária do Estado, edifício da Biblioteca Pública do Estado e alargamento e aformoseamento da avenida que porta o seu nome. O antigo bairro dos Educandos passou a chamar-se Constantinópolis, numa homenagem justa a quem o mandou nivelar em parte a abrir ruas regulares em consonância com as da cidade. Coronel antônio Clemente Ribeiro Bittencourt, historiador e homem público dos mais honestos e que encontrou as finanças do Estado já deprimidas pelo início da debacle da borracha. No seu governo, a 10 de outubro de 1910, Manaus sofreu injusto e horrível bombardeio da parte da flotilha de guerra surta no porto. Foi quem mandou construir a segunda Usina de Luz no bairro do Plano Inclinado, deu apoio à educação, foi deposto do governo e reintegrado pelo governo federal. Pedro de Ancântara Bacelar, adquiriu a hipoteca do atual Palácio do

Governo (Palácio Rio Negro), ao proprietário, capitalista e cônsul Waldemar Scholz, pela quantia de duzentos contos de réis (Cr$ 200,00). A sua administração não foi das mais proveitosas, por causa da decadência da economia da borracha e em consequência da Primeira Conflagração Mundial. Todavia procurou desenvolver a agricultura no interior do Estado, adquirindo os primeiros tratores mandados para a região do rio Madeira.

Suceram-se outros governadores que se não fizeram muito pela cidade e pelo Estado deve-se isto às condições econômicas precárias. Efigênio Ferreira de Sales elege-se entre os mais modernos por haver realizado algumas obras de interêsse público e na sua administração, tendo como prefeito municipal o dr. José Francisco de Araújo Lima, Manaus foi embelezada: aterrou-se a avenida 13 de Maio (atual de Getúlio Vargas), deu-se nova aparência aos jardins públicos das praças da Matriz, de General Osório e da Constituição (Polícia), montou-se o Relógio Municipal, reformou-se completamente a praça de Osvaldo Cruz, construiu-se a pequena ponte "Efigênio de Sales" para o bairro de Constantinópolis, abriu-se a estrada velha para o Bombeamento (São Raimundo, embelezou-se o Bosque do Tarumã, dando-lhe um toque regional com abrigos de palha, foram abertas estradas de comunicação para longínquos logradouros públicos, reformulou-se completamente a Praça da Saudade. As ruas foram recalçadas a pedra tosca, adquiridos carros para irrigação das vias centrais, implantado novo sistema de coleta de lixo particular com carros apropriados, uma série enorme de serviços que transformaram completamente a fisionomia da capital. Depois das administrações municipais do coronel Adolfo Lisboa e do dr. Basílio Torreão Franco de Sá, a do dr. José Francisco de Araújo Lima foi das melhores que Manaus possuiu em época de menos riqueza.

Referência a algumas obras importantes

Instituto Benjamim Constant. Antiga residência (chácara) do coronel Leonardo Malcher, barão de São Leonardo. Adquirida no governo do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro e ampliada consideravelmente para nela ser instalado o antigo Asilo Orfanológico "Elisa Souto", que recebeu o nome do grande republicano Benjamim Constant, 1892.

Quartel da Polícia Militar. Prédio colonial construído na Província para residência dos governadores. Adquirido pelo governador Eduardo Ribeiro, foi ampliado no trecho que corresponde à ala direita

e nele instalada a milícia. Também funcionou ali o antigo Liceu Provincial, a Assembléia Legislativa, Escola Normal.

Pontes velhas. As duas pontes de concreto, de estilo romano, conhecidas por Primeira e Segunda Pontes, foram mandadas construir na administração do dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro para substituir as de madeira. A chamada Terceira Ponte ou Ponte de Ferro, oficialmente Ponte Benjamim Constant, foi toda adquirida na Inglaterra, especialmente desenhada e forjada para transpor o igarapé do Mestre Chico, oficialmente conhecido por Igarapé da Cachoeirinha de Manaus, e também por igaparé do Teodósio. A ponte de ferro sobre o igarapé da Cachoeira Grande teve a mesma origem e ambas são produtos da Administração do "Pensador".

Porto e Alfândega. Substituindo o antigo Cais da Imperatriz, da Província, e os velhos trapiches Villeroy e Teixeira, os serviços portuários são decorrência de contrato firmado com o súdito barão Rymkiewcz, que se propôs construir o cais flutuante, armazéns de ferro e edifícios alfandegários e demais serviços, não chegando, contudo, a cumprir todo o contrato. Todo o material flutuante, máquinas, tróleis, armazéns, é de fabricação inglêsa. Os edifícios da Alfândega e Guarda-Moria vieram prontos da Inglaterra e montados aqui, custando a obra, em 1902, cerca de Cr$ 20.000,00 atuais.

Palácio do Governo, atual Prefeitura Municipal. Idealizado na Província, em 1865, foi concluído em 1871. Em 1917, com a aquisição do atual Palácio Rio Negro, foi para ele transferido a sede da Municipalidade, que funcionava como edifício próprio provincial no prédio onde esteve instalada a Escola de Comércio "Sólon de Lucena".

Reservatório dágua. Construído na administração do dr. Eduardo Ribeiro para substituir o antigo e pequeno **Reservatório da Castelhana**, de procedência provincial. Inaugurado no dia 23 de setembro de 1899.

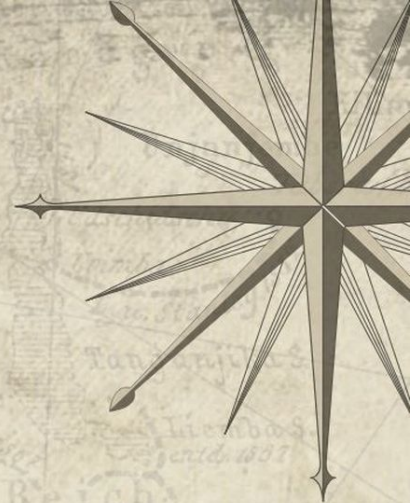
Chafarizes. Adquiridos na administração municipal do coronel Adolfo Lisboa, em Londres, para embelezar as praças públicas, deles já não existem todos, desaparecidos os menores de 1930 para cá, sem que se saiba o destino que tiveram. Montados em 1902.

Monumentos. Os maiores e mais belos monumentos são o da praça de São Sebastião, dedicado à Abertura dos Portos do Rio Amazonas ao Comércio Mundial, executado pelo artista italiano Domenico De Angelis, inaugurado em 1900, custando a importância de quinhentos contos de réis (Cr$ 500,00). Só o monumento, sem a montagem, custou ao Estado trezentos mil francos, na época. O calçamento undoso

da praça foi executado por contrato com Antônio Augusto Duarte, à razão de setenta e cinco mil réis (Cr$ 0,75) o metro quadrado. A pedra fundamental do monumento dedicado a Tenreiro Aranha foi lançada na praça Cinco de Setembro (Saudade) em 1894, sendo inaugurado no dia 5 de setembro de 1907, na praça dita de Tenreiro Aranha, hoje praça de Estacionamento da Prefeitura Municipal, entre as ruas do Marquês de Santa Cruz e Teodureto Souto e de Marcílio Dias e de Guilherme Moreira. O monumento a Santa-Ana Nery começou a ser montado na praça lateral à Matriz no dia 29 de abril de 1900, mandado fazer pelo irmão do escritor, governador Silvério José Nery. Atualmente está localizado na praça do Comércio, antigamente também chamada da Estação de Bondes.

Fontes autorizadas

Mário Ypiranga Monteiro – "Fundação de Manaus", Manaus, 1952.
Mário Ypiranga Monteiro – "Roteiro Histórico de Manaus", Manaus, 1969.

ERRATA				
Onde se lê	Leia-se	Página	Parágrafo	Linha
pedro	Pedro	3	1	8
rio negro	Rio Negro	4	3	17
Caraiairi	Caraiari	4	3	21
absolvido	absorvido	4	3	26
Ccomarca	Comarca	5	3	28
noem	nome	5	3	32
precisos	preciosos	6	1	4
pirarucu	piraurucu	7	2	18
col6onia	colônia	7	3	34
foreças	força	13	3	33
entrva	entrava	14	4	21
do instituto	no Instituto	16	1	4
fileto	Fileto	17	1	24
antônio	Antônio	17	1	33
Suceram-se	Sucederam-se	18	2	8

Comunicado

As imagens, textos e obras disponibilizadas pelo Centro de Documentação e Memória da Amazônia estão na maioria em domínio público ou possuem termo de cessão para publicação da versão digitais produzida pela Secretaria de Cultura.

Se porventura, você identificar alguma obra que não esteja de acordo com a Lei de Direitos Autorais (lei 9.610/98), entre em contato conosco para que possamos identificar e proceder com regularização.

O objetivo da Biblioteca da Amazônia na disponibilização das versões digitais é a preservação da memória e difusão da cultura do Amazonas e região norte do Brasil, sem prejudicar os direitos patrimoniais do autor, herdeiros ou quem possuir o direito de uso.

O uso destes documentos digitais, digitalizados ou nascidos digitais são apenas para fins pessoais (privado), sendo vetada a sua venda, edição ou cópia não autorizada.

Lembramos, que esses materiais podem ser encontrados nos acervos do Sistema de Bibliotecas Públicas da Secretaria de Cultura e Economia Criativa e seus parceiros.

ACERVOS DIGITAIS

https://beacons.ai/cdmam_sec

FALE CONOSCO

(92) 3090-6804
cdmam@cultura.am.gov.br
acervodigitalsec@gmail.com

Secretaria de
Cultura e Economia Criativa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA AMAZÔNIA - CDMAM